

Controle das remarcações divide governo

Além dos militares, que querem reajuste dos soldos, exportadores descontentes com a taxa de câmbio e sindicalistas pressionando por aumento de salários, Ricúpero vem enfrentando a desconfiança de assessores do presidente Itamar Franco. Eles recomendam a adoção de medidas duras contra especuladores e empresários que remarcaram preços de forma abusiva.

Na quinta-feira, em Curitiba, o ministro da Justiça, Alexandre Dupeyrat, prometeu que, no início da próxima semana, o governo vai punir o laboratório Climax por reajuste abusivo. Ligado ao chamado grupo de Juiz de Fora, formado por conterrâneos do presidente, Dupeyrat iniciou pelo Paraná um périplo que o levará às capitais e cidades mais importantes do País para divulgar a Lei Antitruste e estimular a formação de serviços de proteção ao consumidor. "O objetivo é ampliar a rede de fiscalização", explicou um assessor do Ministério da Justiça.

A equipe econômica confia nos instrumentos de mercado e condena medidas coercitivas para garantir o sucesso do Real. É o que defende o presidente do BNDES, Pêrsio Arida. Para ele, num regime de mercado nenhum preço pode ser considerado abusivo, já que o vendedor não pode obrigar o comprador a fechar negócio.

A função da legislação contra abusos, na visão de Arida, é assegurar que exista livre concorrência, mas não controlar preços. Nas viagens que vem fazendo para explicar o Real, Ricupero vem batendo exatamente nessa tecla, a de que controles e ameaças fazem parte do passado.

As visitas de Dupeyrat, entretanto, mostram que há uma divisão entre a postura agressiva do titular do Ministério da Justiça e a visão cautelosa do Ministério da Fazenda. "A Lei Delegada nº 4 veta aumentos abusivos de preços em épocas de plano econômico", diz o diretor do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Jorge Derbli.

Ele explica que o ministério quer usar a rede municipal e estadual de fiscalização para tornar mais ágil a aplicação da legislação contra abusos. Nos contatos que vem fazendo com governadores e prefeitos, Dupeyrat estimula a assinatura de convênios com a Sunab e outros órgãos federais com este objetivo.